



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 4/ 2023 - CODEGEP

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de 03 (três) vagas para participação dos servidores do CENSIPAM na Conferência **"8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023)"**, na modalidade presencial, a ser realizado em Porto/Portugal (<https://www.wildfire2023.pt/>).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	Contratação de 02 (duas) vagas para participação dos servidores do CENSIPAM que obtiveram os artigos aceitos para apresentação na Conferência "8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023)" , na modalidade presencial, a ser realizado em Porto/Portugal. Inscrição feita até dia 15/02/2023.
2	Contratação de 01 (uma) vaga para participação de servidor do CENSIPAM na Conferência "8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023)" , na modalidade presencial, a ser realizado em Porto/Portugal. Inscrição feita após dia 15/02/2023.
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO * As taxas estão em euros (€)	

2. **OBJETIVO**

2.1. A capacitação dos servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação da Conferência **"8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023)"**, visa atender as necessidades da Coordenação Geral de Operações e a gerência do Centro Regional de Porto Velho.

2.4. Sobre o assunto, informo que o evento ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (6070965), com a temática requerida.

2.5. Por intermédio dos despachos (6065628 e 6078558), as chefias confirmam a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do curso, conforme documento em anexo (6071758).

3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Evento de Capacitação	"8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023)"
Período previsto	16/05/2023 a 19/05/2023
Horários	Modalidade presencial. 8:00h às 18:00h
Carga Horária	32 horas
Objetivo	A conferência visa alcançar um compromisso internacional sobre diretrizes de governança que enquadrem a gestão de risco de incêndios florestais. À medida que o fogo se torna uma questão socioecológica complexa, exige instituições robustas, procedimentos transparentes e responsáveis e envolvimento permanente das principais partes interessadas, considerando a floresta como um ativo para a biodiversidade, sequestro de carbono e saúde pública. A conferência será, portanto, o ponto de encontro de países, agências, organizações privadas e outras partes interessadas para discutir suas opiniões e compartilhar suas experiências, em prol de comunidades e nações mais protegidas contra a crescente ameaça de incêndios florestais em todas as regiões do mundo.
Público Alvo	<ul style="list-style-type: none"> Representantes de diferentes setores: floresta, proteção civil, meio ambiente, economia, políticas públicas e outros Autoridades públicas Líderes Tomadores de decisão Representantes comerciais Agências mundiais de gerenciamento de incêndios florestais Organizações internacionais Autoridades Locais e Regionais
Conteúdo	Gestão Integrada de Incêndios

	<ul style="list-style-type: none">• Planeamento e Preparação Definir intervenções e recursos necessários a nível comunitário e governamental, bem como assegurar que os cidadãos e as organizações estejam preparados para agir sob as melhores práticas de segurança.• Prevenção e Pré-Supressão Reduzir a exposição e vulnerabilidade ao fogo e manter um estado de preparação para uma intervenção imediata.• Supressão e Alívio Suprimir o fogo e proporcionar alívio às pessoas afectadas pelo fogo.• Intervenção pós-incêndio Lidar com as ações de restauração e reabilitação necessárias no rescaldo de um incêndio.• Qualificação Formação e certificação em todas as áreas de especialização de gestão integrada de incêndios.• Inovação Técnica Inovação em aplicações de software e equipamentos, soluções tecnológicas e sistemas de comunicações operacionais. <p>Governança do risco de incêndios</p> <ul style="list-style-type: none">• Gestão de Riscos Lidar com a percepção de riscos, avaliação, gestão e investigação translacional, englobando conhecimentos tradicionais e indígenas.• Envolvimento das partes interessadas Inclusão da tomada de decisões relacionadas com o risco e resolução de conflitos, relativamente à concepção de políticas a vários níveis, sustentabilidade e financiamento.• Gestão Adaptativa Monitorização do Processo e Avaliação do Planeamento para melhoria contínua e lições aprendidas e análise dos impactos físicos e sociais devido a mudanças na governação do fogo.• Comunicação Comunicação de Riscos - intercâmbio ou partilha de dados, informações e conhecimentos relacionados com riscos entre diferentes grupos, tais como cientistas, reguladores, indústria e público em geral; Relatório público sobre o desempenho do sistema.• Cooperação Internacional Cooperação transfronteiriça em matéria de formação, melhores práticas e normas.
Ambiente	Centro de Congressos da Alfândega Porto/Portugal no endereço Rua nova da Alfândega Edifício da Alfândega - Porto
Acesso ao Conteúdo	Conferências que reúnem milhares de participantes em todo o mundo e são supervisionadas pelo The International Liaison Committee (ILC), servindo como órgão consultivo e de ligação aos hosts das conferências.
Metodologia	" 8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023)" em formato presencial, que irá promover o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação internacional na gestão de incêndios florestais.

3.1. Registra-se que a agenda completa e demais informações detalhadas do evento, em inglês, encontra-se no [site](https://pt.wildfire2023.pt/) da empresa <https://pt.wildfire2023.pt/>

4. PÚBLICO ALVO

4.1. A Conferência destina-se aos servidores relacionados abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Henrique Bernini	***804.272.-**	COPER/PV
Daniela Ramos Guimarães de Faria	***772.897.-**	COPER/PV
Roseval Serrado Leite	***621.627.-**	SEADM/PV

4.2. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as informações dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

5. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

5.1. Certificado de participação em cada evento, serão entregues mediante comprovação de presença.

6. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados serão averiguados mediante:

6.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelos participantes; e

6.1.2. Atuação dos participantes em seus respectivos ambientes de trabalho.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

7.1. O evento será realizado pela empresa Leading Organização de Congressos e Gestão Lda, com valor individual do curso para cada participante que efetuou a inscrição até dia 15/02/2023, será de 260 €(duzentos e sessenta euros), totalizando as duas inscrições o valor de 520 € (quinhentos e vinte euros), e para o participante que efetuou a inscrição após o dia 15/02/2023, é de 350 € (trezentos e cinquenta euros), totalizando assim as 03 (três) inscrições o valor de 870 €, conforme documento anexo (6071052).

7.2. As Conferências Internacionais de Incêndios Florestais foram lançadas em 1989. As conferências visam facilitar o compartilhamento de conhecimentos e experiência em políticas de incêndios florestais (paisagens), pesquisa, gerenciamento e capacitação em um fórum internacional que fortalecerá as habilidades de nações individuais para reduzir o impactos negativos dos incêndios paisagísticos no ambiente e na humanidade; e promover o conhecimento e a aplicação do papel ecologicamente e ambientalmente benigno do fogo natural em ecossistemas dependentes do fogo e da aplicação sustentável do fogo em sistemas de uso da terra.

7.3. Organizada pela AGIF e pelo ILC, a 8ª Conferência Internacional de Incêndios Florestais (8ª IWFC) é a mais importante conferência e exposição global que reúne líderes, tomadores de decisão, pesquisadores de destaque e representantes empresariais do setor de incêndios florestais.

7.4. Com foco nas principais práticas, inovação e soluções, a conferência oferece novas oportunidades de networking e negócios e garante a máxima exposição entre participantes, expositores e patrocinadores.

7.5. A 8ª Conferência Internacional de Incêndios Florestais (8ª IWFC) oferece uma oportunidade única para traçar o perfil de sua organização e mostrar suas soluções técnicas e de serviços com mais de 1.500 profissionais de incêndios florestais de todo o mundo e será uma excelente oportunidade para o

intercâmbio de informações técnicas, para a exibição de novos produtos e serviços e para a criação e estreitamento de relações entre os participantes.

7.6. Conforme Despacho nº 8/COPER-PV/CR-PV/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (6076619) e Despacho nº 32/CR-PV/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (6078558), as áreas demandantes ratificaram a importância de participação dos servidores em um evento desta magnitude, em razão do lançamento no ano de 2021 pelo Censipam, do PAINEL DO FOGO, uma plataforma web que disponibiliza informações sobre incêndios e queimadas no Brasil. Desde seu lançamento, o PAINEL DO FOGO ganhou notoriedade nacional e internacional. Esse sucesso deu visibilidade ao PAINEL DO FOGO e, consequentemente ao Censipam, chamando atenção de organizações internacionais para troca de experiência sobre a metodologia de modelagem do evento de fogo (clusterização de focos de calor) ou mesmo para expansão do sistema para outros países.

7.7. A equipe do PAINEL DO FOGO, representada pelos servidores Henrique Bernini e Daniela Ramos Guimarães de Faria, também foi reconhecida como "especialista internacional em incêndios florestais" ao passo que foram convidados para fazer parte do Grupo de Especialistas em Incêndios Florestais da América Latina e Caribe (GEFF LAC), organizado pela União Europeia.

1. A conferência 8th International Wildland Fire Conference é um dos principais eventos do mundo destinados a incêndios florestais, que reúne tanto a comunidade científica quanto operacional de todo o mundo para discutir temas relacionados a manejo integrado do fogo. Com a 1st International Wildland Fire Conference (IWFC) realizada em Boston, Massachusetts, EUA, em 1989, iniciou uma série de conferências com o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação internacional na gestão de incêndios florestais. Hoje o evento é realizado a cada 4 anos em um continente diferente, reunindo uma comunidade em crescimento para aprender uns com os outros e partilhar conhecimentos e perícia no âmbito da gestão integrada do fogo. As conferências anteriores ajudaram organizações e profissionais de mais de 70 nações a desenvolver um léxico de fogo comum, doutrinas, manuais de formação, técnicas e normas operacionais.

2. O ambiente é permissível para diálogos e discussões que, possivelmente, irão contribuir para melhorias no PAINEL DO FOGO e para os ensejos do Censipam neste projeto.

7.7.1. Em razão do alto gabarito dos Conferencistas (6071821):

- Alan Ager -Florestal de Investigação FS reformado.
- Elena Hernandez Paredes - ENGENHEIRO FLORESTAL. GESTOR DE SERVIÇO NO SERVIÇO DE GESTÃO DE INCÊNDIOS DO MINISTÉRIO PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA E DESAFIO DEMOGRÁFICO DE ESPANHA.
- Gary Morgan - PRESIDENTE DO COMITÉ CONSULTIVO MINISTERIAL DO GOVERNO DE VITÓRIA SOBRE O RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL.
- Gordon Sachs - CHEFE PARA TODOS OS PERIGOS E APOIO INTERNACIONAL CONTRA INCÊNDIOS - SERVIÇO FLORESTAL DOS E.U.A. GESTÃO DE INCÊNDIOS E AVIAÇÃO PRESIDENTE DO COMITÉ INTERNACIONAL DE LIGAÇÃO (ILC).
- Johann Georg Goldammer - CHEFE, CENTRO GLOBAL DE MONITORIZAÇÃO DE INCÊNDIOS (GPMC).
- Lara Steil - OFICIAL FLORESTAL (GESTÃO INTEGRADA DE INCÊNDIOS) NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO).
- Marc Castellnou -FUNDADOR E EX-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PAU COSTA (AGORA NO SEU COMITÉ CONSULTIVO). PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DE LLEIDA MESTRE FUEGO.
- Peter Moore - DIRECTOR - NRFC PTY LTD GESTÃO INTEGRADA DE INCÊNDIOS, RECURSOS NATURAIS E CONTABILIDADE DO CARBONO.
- Richard de Neufville -PROFESSOR DE SISTEMAS DE ENGENHARIA NO INSTITUTO DE DADOS, SISTEMAS E SOCIEDADE NO MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY.
- Sarah McCaffrey - SERVIÇO FLORESTAL REFORMADO DOS EUA, EUA.
- Stephen Pyne - HISTORIADOR DO FOGO, AGRICULTOR URBANO E PROFESSOR EMÉRITO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO ARIZONA, EUA.

7.8. Atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação - Geral de Operações (CGOPE)
Henrique Bernini Daniela Ramos Guimarães de Faria	Assessor Assessora	I - coordenar e avaliar a execução das atividades operacionais e de gestão sistemático do uso e cobertura, da meteorologia, do clima e da hidrologia; I - supervisionar a elaboração e a execução de projetos, contratos, coope divulgação de produtos e serviços; II - realizar a coordenação e gestão de fluxos, processos, produtos e serv SETAM e COPER/SEOPE; IV - consolidar as atividades de capacitação, de participação em eventos de trabalhos de campo, no âmbito de sua área de competência, e encaminhá-las ao Diretor de Produtos; V - consolidar as necessidades orçamentárias de projetos, programas e a competência, e envia-las ao Diretor de Produtos; VI - supervisionar a elaboração e a fiscalização de contratos administrat no âmbito de sua área de competência; VII - consolidar as necessidades de dados coletados por sensores e estaç geoestacionários e orbitais, demandadas pelas coordenações e setores operacionais e encaminhá-las para o NUOI VIII - submeter ao Diretor de Produtos projetos básicos, termos de refer preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e IX - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, nc competência, e encaminhá-los ao Diretor de Produtos.
Roseval Serrado Leite	Gerente	Atribuições dos Centros Regionais de Manaus, Belém e Porto Velho I - gerenciar as ações e atividades administrativas relacionadas à gestão programas e de projetos na sua área de competência; II - supervisionar as ações administrativas necessárias à implementação logística, técnica, manutenção e operacional, em apoio aos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governa Regional; III - supervisionar e executar as políticas e diretrizes técnicas, operacion institucionalmente estabelecidas; IV - supervisionar a distribuição de dados, informações e conhecimento: projetos, produtos e serviços, segundo as diretrizes e acordos firmados; V - supervisionar o apoio técnico e operacional aos representantes dos ó planejamento e execução de ações integradas; e VI - supervisionar programas e projetos de pesquisas, em consonância c firmados.

7.9. Determina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 74, inciso III, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.10. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 74, inc. III, da nova Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 74 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

7.11. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 74, inciso III, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.12. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.13. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

7.14. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

7.15. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 74, III, da Lei nº 14.133, de 2021:

7.15.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 74 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

7.15.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

7.15.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: “É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição”. Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

7.16. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas.

7.17. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."

7.18. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, com valor individual do curso para cada participante que efetuou a inscrição até dia 15/02/2023, será de 260 € (duzentos e sessenta euros), totalizando as duas inscrições o valor de 520 € (quinhentos e vinte euros), e para o participante que efetuou a inscrição após o dia 15/02/2023, é de 350 € (trezentos e cinquenta euros), totalizando assim as 03 (três) inscrições o valor de 870 €, conforme documento anexo (6071052), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

7.19. A empresa, por e-mail, encaminhou o *INVOICE* para pagamento da inscrição bem como as informações da conta para a transferência, conforme documentos anexos (6071604 e 6081531).

Beneficiary: Leading Organização de Congressos e Gestão Lda

Beneficiary adress: Rua Diogo Couto 1 B

Bank: Banco Montepio

Account Number: 199.10.005675-3

IBAN: PT50.0036.0199.99100056753.27

SWIFT/BIC: MPIOPTPL

Payment Reference: Name, Surname and Registration number

7.20. Relevante registrar que o art.23, inciso IV, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021 determina a realização de pesquisa de preço no seguinte sentido:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.
§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

7.21. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos (6070965), sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

8. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ORGANIZADORA

Razão Social	Leading Organização de Congressos e Gestão, Lda.
CNPJ/NIPC/NIF	507370678
Endereço	Rua Diogo Couto, 1B 2799-537, Linda-a-Velha, Portugal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do evento;
- 9.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 9.3. Fornecer os certificados aos participantes presentes nas atividades desse evento;
- 9.4. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;
- 9.5. Realizar o treinamento com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do evento, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas;
- 9.6. Comunicar com 7 (sete) dias úteis de antecedência do início do evento, o cancelamento ou adiamento do mesmo; e
- 9.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Responsabiliza-se pela inscrição dos participantes;
- 10.2. Exercer a fiscalização do serviço;
- 10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 10.4. Encaminhar a Ordem Bancária a Contratada, quando essa for realizada a transferência; e
- 10.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. Ademais conforme e-mail (6070959) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:
 - a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
 - b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
 - c. Fonte: 1000
 - d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos
 - e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633
 - f. Natureza da Despesa: 33.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento
 - g. Código do PTA/2023: 004/23 - Capacitação

12. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- 12.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
 - 12.1.1. Folder " 8th International Wildland Fire Conference (Wildfire 2023) "(6071758)
 - 12.1.2. Justificativa da necessidade de participação dos servidores na Conferência (6076619 e 6078558)
 - 12.1.3. Calendário da Escola de Governo - ENAP (6070965)
 - 12.1.4. Invoice (fatura), para pagamento da inscrição no evento (6071604)
 - 12.1.5. Termo de Compromisso Individual (6072038 , 6072086 e 6082466)
 - 12.1.6. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso III, alínea f, do artigo 74, a saber:

É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

Art. 74

[...]

III. contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

12.2. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto no artigo 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 2021 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA
Integrante Técnico (6070952)

THIAGO DA SILVA CARNEIRO
Integrante Administrativo (6070952)

Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

ADRIANA FERREIRA GONÇALVES
Coordenadora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 72, inciso IV e III, da Lei nº 14.133, de 2021.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Coordenador-Geral de Administração e Finanças
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133, de 2021. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Thiago da Silva Carneiro, Servidor(a) Público(a)**, em 24/02/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Ferreira Gonçalves, Coordenador(a)**, em 24/02/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Servidor(a) Público(a)**, em 06/03/2023, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 30/03/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 30/03/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6071034** e o código CRC **D33F8DD1**.